



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
COLÉGIO RECURSAL - BRAGANÇA PAULISTA
BRAGANÇA PAULISTA-SP

Despacho

Mandado de Segurança Cível Processo nº
0100027-06.2023.8.26.9016

Relator(a): -----

Órgão Julgador: **2ª TURMA CÍVEL E CRIMINAL**

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Nilma Aparecida Pugioli em face do Juízo do Juizado Especial Cível de Bragança Paulista. Pretende a concessão de prerrogativa de prazo em dobro nos autos do processo mencionado na petição inicial, com fundamento no art. 5º, §5º, da Lei n. 1060/50 e no art., 186, §3º, do Código de Processo Civil.

O *fumus boni iuris* está demonstrado pela redação dos dispositivos constantes do Código de Processo Penal e da Lei de Assistência Judiciária, os quais prevêm o prazo em dobro para escritórios de prática jurídica em faculdade de Direito.

O perigo de mora consubstancia-se pelo próprio risco de ineficácia desta medida, em razão do transcurso do tempo, uma vez que se trata de prazo processual em ação cível em andamento.

Diante do exposto, **defiro** como medida liminar a concessão do prazo em dobro, nos moldes pleiteados.

Cumpra-se o disposto no artigo 7º, I, da Lei 12.016/09 (requisição de informações) e, após o decurso do prazo para eventual manifestação do Ministério Público (artigo 12 da supracitada legislação especial), tornem conclusos para julgamento.



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

COLÉGIO RECURSAL - BRAGANÇA PAULISTA
BRAGANÇA PAULISTA-SP

Bragança Paulista, 14 de março de 2023.

Leonardo Manso Vicentin
Relator